

Ano XX nº 5343 – 10 junho de 2016

Fusão de Caixa e BB não é boa para ninguém

A equipe econômica do “governo” do presidente interino, Michel Temer, está estudando fundir a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. De acordo com informações publicadas pelo portal da revista Exame, o objetivo seria fazer da Caixa uma instituição menor e focada no mercado imobiliário, transferindo negócios como seguradora, cartões, crédito para empresas e varejo para o BB. O movimento sindical avalia que a medida causaria o fechamento de agências, redução do quadro de trabalhadores e perda de experiência nos dois bancos.

Para a Caixa, 100% pública, a fusão representa a abertura de capital, já que o BB é uma empresa de economia mista. A fusão levaria ao fechamento de agências e redução do quadro nos dois bancos. Essa medida anularia o papel do banco público no país. O que a Caixa precisa é contratar mais para fortalecer seu papel social e estratégico para o Brasil. Mais uma vez, o governo interino dá sinais de que pretende enfraquecer empresas públicas para, após o desmonte, privatizá-las.

Santander precisa avançar no Acordo Aditivo

Em mesa de negociação, o banco afirmou estar disposto a renovar o acordo, mas não progrediu em novas cláusulas propostas pelos trabalhadores, na terceira rodada de negociações ocorrida na última quarta-feira (08/06).

O banco sinaliza uma possível renovação do Acordo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos seus funcionários. Porém, o Santander não aceita avançar em nenhuma nova cláusula social, de condições de trabalho e de saúde propostas pela representação dos trabalhadores.

Os bancários têm se esforçado para atingir as metas estabelecidas. No entanto, o banco não oferece uma contrapartida. A intenção do banco é apartar do acordo questões relacionadas com a saúde e condições de trabalho no Santander. Pelos resultados alcançados pelo banco, a instituição têm condições de buscar avanços nas negociações do Acordo Aditivo.

Somente no primeiro trimestre de 2016, o Santander lucrou R\$ 1,66 bi, crescimento de 1,7% em doze meses e de 3,3% em relação aos últimos três meses de 2015. Apenas com o que ganha com tarifas, o banco cobre 148% da sua folha salarial. A próxima reunião esta marcada para o dia 22 de junho. O diretor do sindicato e funcionário do banco, Alexandre Eiras, participou da reunião.



Cade aprova compra do HSBC pelo Bradesco com restrições

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, com restrições, a aquisição de 100% do capital do HSBC Brasil pelo Bradesco. A operação, contudo, fica condicionada à celebração de um acordo em controle de concentrações (ACC) que inclui melhorias nos indicadores de portabilidade de conta-salário, operações de crédito e qualidade. Além disso, o banco fica impedido de adquirir qualquer outra instituição financeira por 30 meses a partir da assinatura do acordo. A operação foi aprovada por unanimidade.

Com a aprovação, o Bradesco iniciará a negociação de preços com o HSBC. No início da operação, o valor anunciado era de R\$ 5,2 bilhões mas, durante o processo, o patrimônio do HSBC caiu de R\$ 11,2 bilhões para R\$ 9,5 bilhões.

O Bradesco também teria que isentar instituições menores dos custos de portabilidade para contratos de crédito de clientes pessoa física que desejem mudar de banco em cidades onde há elevado risco de poder de mercado. Segundo o relator, o conselheiro João Paulo de Resende, essa é uma forma de diminuir o alto grau de concentração do setor. Um levantamento feito pelo Cade identificou que há esse risco em 106 dos 526 municípios em que o HSBC possui operação.

No início de abril, a Superintendência-Geral (SG) do Cade já havia recomendado ao tribunal a aprovação do negócio, condicionada a celebração de um ACC com o intuito de melhorar problemas identificados no setor, como baixa portabilidade e elevados índices de reclamação. O acordo, acatado pelo relator, se dispõe em quatro eixos: Comunicação e transparência, Treinamentos, Indicadores de qualidade e Compliance.